



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Processo nº: **0000448-65.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Cheque**
 Exequente: **Edmilson dos Santos, CPF 271.673.598-07 - acompanhado do advogado Dr. Wildensor Zatorre Amaral – OAB nº 141.819**
 Executado: **Carolina Pedroso Miguel, CPF 357.224.438-24 - acompanhada do advogado Dr. Eraldo Beltrame, OAB nº 322.384**

Aos 14 de junho de 2016, às 16:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **Juiz de Direito Auxiliar DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes acima identificadas, bem como de seu(s) advogado(s). Presentes também as testemunhas do exequente, Srs. Wilson e Patrick e as da executada, Srs. Claudinei e Antonio. *Pelos ilustres procuradores das partes foi pleiteado o prazo de 5 dias para juntada de procuração, o que foi deferido.* Renovada a proposta de conciliação esta foi rejeitada pelas partes. Na sequência passou o MM. Juiz a tomar os depoimentos das testemunhas presentes, em termos em separado. A seguir, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: “VISTOS. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9099/95. Decido. O embargado tem título executivo em seu favor. Nesse caso, “recai sobre o embargante o ônus probatório quanto aos fatos e circunstâncias hábeis a desconstituir a legitimidade do título” (STJ, REsp 1250258/SC, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, 3ªT, j. 24/03/2015). Cobia, pois, à embargante comprovar o que alegou, isto é, que (a) o embargado não concluiu o serviço (b) o embargado, por seus prepostos, quebrou duas ou três telhas, ao executar os serviços. Não comprovou tal fato, porém, satisfatoriamente. Com efeito, concluída a instrução, o magistrado simplesmente não firma convicção segura a propósito. Não o fazendo, prevalece a presunção que emerge do título. Quanto à prova, observo que uma das testemunhas arroladas pela embargante é seu marido e, portanto, legalmente impedido de depor, pela forte inclinação natural de, no depoimento, favorecer a tese da embargante. A outra testemunha, de seu turno, diz que (a) foi contratada para concluir o serviço dos rufos, e os concluiu (b) sabe que algumas telhas estavam quebradas e que a embargante teve que comprar outras em substituição, assim como o pedreiro as colocou. Todavia, esse depoimento não foi suficiente para formar convicção segura a respeito da procedência dos argumentos da embargante. Isto porque as duas testemunhas arroladas pelo embargado declararam (a) que o contrato celebrado entre as partes não abrangia a totalidade do rufo, e sim parte dele, e que o rufo que foi deixado sem instalar diz respeito à parte não abrangida pelo contrato (b) que o serviço do embargado foi inteiramente concluído (c) que uma telha – na parte do rufo que não cabia ao embargado – já estava quebrada anteriormente e não tem relação alguma com a execução do serviço pelo embargado. Nesse contexto probatório, lembrando que a testemunha arrolada pela embargante não viu o momento em que as telhas foi quebrada nem sabe a abrangência do contrato celebrado entre as partes, é evidente que o juiz, equidistante e imparcial, permanece em dúvida. Seria simplesmente lotérico afirmar que a versão desta ou daquela parte é verdadeira. Nesse contexto, a solução jurisprudencial dá primazia ao crédito corporificado em título de crédito, qual seja, o cheque. Solução que prestigia a segurança jurídica e que, aqui, fica adotada. Ante o exposto, REJEITO os embargos. *Deixo de condenar o embargado em custas e honorários de advogado, ante o que dispõe o art. 55 da Lei 9099/95. Transitada em julgado, prossiga-se na execução. Publicada em audiência, dou por intimadas as partes. REGISTRE-SE*”. Saem intimados os presentes e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

*somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pela(s) parte(s), não será digitalizado para pasta própria, em cartório, eis que ficará arquivado em cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos. **NADA MAIS** Eu, Evandro Genaro Fusco, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.*

Exequente:

Adv. Exequente - Dr. Wildensor:

Executada:

Adv. Executada - Eraldo Beltrame:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À
MARGEM DIREITA